

Neoenergia
Dourados
Transmissão de
Energia S.A.

(anteriormente denominada
EKTT12-A Serviços de Transmissão
de Energia Elétrica SPE S.A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S/A
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7



NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada EKT12-A Serviços de
Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	15
6. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	16
7. INTANGÍVEL	16
8. FORNECEDORES	17
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	17
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS	18
11. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER	18
12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	19
13. OUTROS PASSIVOS	19
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
15. RECEITA LÍQUIDA	20
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	21
17. RESULTADO FINANCEIRO	21
18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	21
19. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	21
20. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO	24
21. SEGUROS	26
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	26

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	137.929	9.149
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.1	677	215
Outros tributos a recuperar	5.2	2.222	-
Despesas pagas antecipadamente		165	246
Outros ativos		52	30
Total do circulante		141.045	9.640
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	13.603	1.492
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	353.948	49.511
Outros ativos		34	34
Imobilizado		25	31
Intangível	7	468	449
Total do não circulante		368.078	51.517
Total do ativo		509.123	61.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	27.726	580
Empréstimos e financiamentos	9	199.340	-
Instrumentos financeiros derivativos	9	5.630	-
Salários e encargos a pagar		769	494
Outros tributos a recolher	11	844	288
Provisões	12	-	1.489
Outros passivos	13	11.102	1.684
Total do circulante		245.411	4.535
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	27.919	3.794
Provisões	12	14.775	-
Outros passivos	13	4	1.937
Total do não circulante		42.698	5.731
Patrimônio líquido			
Capital social	14	168.000	43.829
Reservas de lucros		54.351	7.062
Outros resultados abrangentes		(1.337)	-
Total do patrimônio líquido		221.014	50.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		509.123	61.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018
Receita líquida	15	304.437	41.040
Custos dos serviços		(231.309)	(31.702)
Custos de construção		(230.499)	(31.702)
Outros custos	16	(810)	-
Lucro bruto		72.043	9.338
Despesas gerais e administrativas	16	(623)	(742)
Lucro operacional		71.420	8.596
Receitas financeiras	17	35.777	433
Despesas financeiras	17	(36.180)	(6)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		71.017	9.023
Imposto de renda e contribuição social		(24.813)	(3.174)
Diferido	10	(24.813)	(3.174)
Lucro líquido do exercício		47.289	5.849
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		0,1935	0,0239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	47.289	5.849
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Participação sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa das investidas	2.026	-
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(689)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	1.337	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	1.337	-
Resultado abrangente do exercício	<u>48.626</u>	<u>5.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	7.443	-	-	-	-	(26)	7.417
Adoção Inicial – CPC 47	-	-	-	-	-	1.239	1.239
Aumento de capital social	236.897	-	-	-	-	-	236.897
Capital social para integralização	(200.511)	-	-	-	-	-	(200.511)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.849	5.849
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	353	-	-	-	(353)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.580	4.129	-	(6.709)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	43.829	353	2.580	4.129	-	-	50.891
Aumento de capital social	124.171	-	-	-	-	-	124.171
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.289	47.289
Outros resultados abrangentes:							
Efeitos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.337)	-	(1.337)
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	2.364	-	-	-	(2.364)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	44.925	-	-	(44.925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	168.000	2.717	47.505	4.129	(1.337)	-	221.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	47.289	5.849
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	19	20
Imposto de renda e contribuição social	24.813	3.174
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e derivativos	2.639	-
	74.760	9.043
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Impostos de renda e contribuições social a recuperar	(462)	(189)
Outros tributos a recuperar	(2.222)	-
Depósitos judiciais	(11.736)	(1.477)
Despesas pagas antecipadamente	81	15
Concessão serviço público (ativo contratual)	(291.150)	(37.891)
Outros ativos	(22)	(47)
	(305.511)	(39.589)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	27.146	(1.445)
Salários e encargos a pagar	275	226
Impostos de renda e contribuições social a recolher	(93)	14
Outros tributos a recolher	649	90
Outros passivos	7.485	1.816
	35.462	701
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(195.289)	(29.845)
Atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(32)	(399)
Utilização de caixa em atividades de investimento	(32)	(399)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	124.171	36.386
Captação de empréstimos e financiamentos	199.996	-
Pagamento de custos de captação	(66)	-
Geração de caixa em atividades de financiamento	324.101	36.386
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	128.780	6.142
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.149	3.007
Caixa e equivalentes no final do exercício	137.929	9.149
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	128.780	6.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbirussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbirussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 65.515, o prazo de concessão é de 30.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, o acionista aprovou a alteração de denominação social da Companhia, de EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. para Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 19 – Estimativa do Valor Justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa 6;
- (ii) critério de atualização do passivo fiscal diferido, vide nota explicativa 9;
- (iii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 19;
- (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 11;

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

(ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada para a vida toda.

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Contrato de concessão de serviços públicos

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

f) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. Vide nota explicativa 2.5 b).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 26 de abril de 2019.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício		5.849	-	5.849
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		3.194	-	3.194
Concessão serviço público (ativo contratual)		-	(37.891)	(37.891)
Outros		(1.698)	-	(1.698)
(Aumento) redução de ativos operacionais	(a)	(1.698)	(37.891)	(39.589)
Aumento (redução) de passivos operacionais		701	-	961
Caixa oriundo das (utilizados nas) atividades operacionais		8.046	(37.891)	(29.845)
Concessão serviço público (ativo contratual)		(37.891)	37.891	-
Outros		(399)	-	(399)
Utilização de caixa em atividades de investimento	(a)	(38.290)	37.891	(399)
Geração de caixa em atividades de financiamento		36.386	-	36.386
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		6.142	-	6.142

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- a) Após a adoção do CPC 47 / IFRS 15, a Administração manteve os gastos relacionados a construção da linha de transmissão em atividades de investimento, entretanto, considerando que a construção da linha de transmissão é parte da operação da Companhia, após reavaliação, a Administração decidiu reclassificar as movimentações do ativo contratual realizadas durante o exercício de 2018, do grupo de atividades de investimento para o grupo de atividades operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	5	6
Fundos de investimento	137.924	9.143
	<u>137.929</u>	<u>9.149</u>

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
Compromissada com lastro de títulos públicos	84.288	-
Outros	(2)	-
	<u>84.286</u>	<u>-</u>
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI		
Itaú Curto Prazo	-	-
Compromissadas com lastro de títulos públicos	47.468	2.580
Compromissadas com lastro título públicos	6.173	6.563
Outros	(3)	-
	<u>53.638</u>	<u>9.143</u>
Total	<u>137.924</u>	<u>9.143</u>

5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

5.1 Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda - IR	677	209
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	-	6
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	<u>677</u>	<u>215</u>

5.2 Outros tributos a recuperar

	<u>2019</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	2.186
Outros	36
Total tributos a recuperar	<u>2.222</u>

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A tabela a seguir resume a conciliação do impacto do modelo de ativo financeiro (ICPC 01/ IFRIC 12) para o modelo de ativo contratual (CPC 47/ IFRS 15), bem como a movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia:

	<u>Ref.</u>	<u>Custo</u>
Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência do ativo financeiro)		6.517
Determinação de taxa fixa no início do projeto do Ativo Contratual versus um modelo de taxa variável no modelo de Ativo Financeiro	(a)	65
Alocação de margem na receita de O&M e de construção para 2018, enquanto para 2017 a margem era zero.	(b)	1.889
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	(c)	1.954
Saldo em 1º de janeiro de 2018		8.471
Receita de construção		38.702
Remuneração do ativo contratual		2.338
Saldo em 31 de dezembro de 2018		49.511
Receita de construção		286.646
Remuneração do ativo contratual		17.791
Saldo em 31 de dezembro de 2019		353.948
Circulante		353.948

(a) Impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato, conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47.

(b) No modelo de cálculo do ativo contratual, a receita de operação e manutenção (O&M) passou a ser registrada acrescida de margem, dessa forma, a RAP líquida da receita de O&M fica menor, reduzindo o valor do ativo contratual no montante de R\$1.889 quando comparado com o modelo do ativo financeiro.

(c) Impacto total na adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018.

7. INTANGÍVEL

Por natureza, os ativos intangíveis da Companhia estão compostos da seguinte forma:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Em serviço				
Softwares	65	(28)	37	50
	65	(28)	37	50
Em curso				
Softwares	431	-	431	399
	431	-	431	399
Total	496	(28)	468	449

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Em serviço</u>			<u>Em curso</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	65	(2)	63	-	-
Amortização		(13)	(13)	399	386
Saldo em 31 de dezembro de 2018	65	(15)	50	399	449
Adições	-	-	-	32	-
Amortização	-	(13)	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65	(28)	37	431	468

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. FORNECEDORES

Materiais e serviços	2019	2018
Terceiros	27.726	580
Total	27.726	580

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição do financiamento

	2019		Total
	Dívida	Instrumentos financeiros derivativos	
Moeda estrangeira			
Banco Tokio	199.405	5.630	205.035
(-) Custo de transação	(65)	-	(65)
Total moeda estrangeira	199.340	5.630	204.970
Circulante	199.340	5.630	204.970

Financiamentos obtidos para a aquisição de CAPEX, com taxa efetiva de 2.12% a.a., amortizado em 2 parcelas, com término em setembro de 2020.

b. Mutações de saldos

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Fluxo de caixa						31/12/2019
	31/12/2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (a)	
Empréstimos e financiamentos	-	199.996	-	-	(66)	5.040	204.970

(a) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros e baixa dos custos de transação referentes a dívida.

b.1. Financiamentos

A mutação do financiamento é como segue:

	Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Ingressos	199.996	199.996
Encargos	1.319	1.319
Variação monetária e cambial	(1.909)	(1.909)
Derivativos	3.604	3.604
Efeito cumulativo marcação a mercado	2.026	2.026
Pagamento custo de captação	(66)	(66)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	204.970	204.970

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para participação nos lucros e resultados	810	810	-	-
Outros	2.174	2.174	-	-
Total diferenças temporárias - ativo	2.984	2.984	-	-
Passivo (-)				
Adoção inicial CPC 47/48	(1.822)	(1.822)	(1.822)	(1.822)
Margem na receita de construção	(83.276)	(83.276)	(9.338)	(9.338)
Total diferenças temporárias - passivo	(85.098)	(85.098)	(11.160)	(11.160)
Total diferenças temporárias - líquido	(82.114)	(82.114)	(11.160)	(11.160)
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(20.529)	(7.390)	(2.790)	(1.004)
Total do imposto diferido		(27.919)		(3.794)

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a margem de construção da Companhia.

10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.017	71.017	9.023	9.023
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(17.754)	(6.392)	(2.256)	(812)
Outros	(491)	(176)	(79)	(27)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(18.245)	(6.568)	(2.335)	(839)
Diferido	(18.245)	(6.568)	(2.335)	(839)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25,69%	9,25%	25,88%	9,30%

11. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	25	-
Programa de integração social – PIS	4	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	25	4
Instituto nacional de seguridade social - INSS	45	60
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	24	48
Imposto sobre serviços – ISS	304	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	156	125
Outros	261	51
Outros tributos a Recolher	844	195
Circulante	844	195

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível.

A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	<u>Cíveis</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-
Constituição	1.477
Atualização	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.489
Constituição	12.434
Baixas/reversão	(250)
Atualização	1.102
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.775

Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	13.603	1.492
Total	13.603	1.492

13. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros a incorrer	(a)	11.015	1.937
Taxas ambientais		32	1.660
Taxas e custos processuais		51	-
Outros		8	24
Total		11.106	3.621
Circulante		11.102	1.684
Não circulante		4	1.937

(a) Juros a incorrer registrados à medida em que são incorridos os custos de construção, calculados com base na taxa de desconto definida.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é composto por 244.340.081 ações ordinárias (244.340.081 ações em 2018), representando R\$168.000 (R\$43.829 em 2018).

Ao longo de 2019, houve integralização de capital no montante de R\$124.171.

Acionistas	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	244.340	168.000	100,00
Total	244.340	168.000	100,00

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	47.289	5.849
Média ponderada das ações emitidas	244.340	43.029
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,1935	0,1335

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

15.RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2019	2018
Remuneração do ativo contratual	17.791	2.338
Receita de construção	286.646	38.702
Total receita operacional líquida	304.437	41.040

	Região geográfica			2018
	2019	2019	Total	
	Centro-Oeste	Sudeste	Total	Total
Receita de construção	17.559	232	17.791	38.702
Remuneração do ativo contratual	282.920	3.726	286.646	2.338
Total da receita operacional líquida	300.480	3.957	304.437	41.040

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019			2018
	Despesas gerais e administrativas	Outros custos	Total	Total
Pessoal	(810)	-	(469)	(623)
Serviços de terceiros	-	-	(81)	(45)
Depreciação e amortização	-	-	(19)	(20)
Tributos	-	-	(1)	-
Outras despesas	-	-	(53)	(54)
Total	-	-	(1.433)	(742)

17.RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.709	449
Variações monetárias e cambial – dívida	17.736	-
Variações monetárias e cambial – outras receitas	13	-
Instrumentos financeiros derivativos	15.112	-
Atualização de depósitos judiciais	375	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(144)	(16)
	(24)	-
Total	35.777	433
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.521)	-
Variações monetárias e cambial - dívida	(16.118)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(18.421)	-
IOF	(57)	(5)
Outras despesas financeiras	(63)	(1)
Total	(36.180)	(6)
Resultado financeiro, líquido	(403)	427

18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

19. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$137.924 (R\$9.143 em 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	199.340	204.892	204.892
Fornecedores	24.105	-	-
Passivos financeiros derivativos			
Swap cambial e de taxa de juros	5.630	4.536	4.536

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional	S&P
Banco MUFG	AAA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.149
Concessão do serviço público – recebíveis transmissoras	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	137.929	

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denomina dos em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge medurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2018	2019
Swap US\$ pré vs R\$ pós			
Empresa			
Ativo	US\$49.518	197.829	-
Passivo	R\$203.194	(203.459)	-
		(5.630)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	137.924	6.069	(1.517)	(3.034)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	4,4%	(199.340)	(233.952)	(14.678)	(12.485)

20. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	137.924	137.924	9.149	9.149
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	24.105	24.105	580	580
Empréstimos e financiamentos		199.340	199.340	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente					
Swap de taxa de juros e cambial		5.630	5.630	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Swaps cambiais e de taxas de juros

Na metodologia para de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva, são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mutações no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 9.

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21.SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada (R\$)</u>	<u>Prêmio (R\$)</u>
Seguro garantia	02/08/2017 a 08/05/2023	24.362	281

Os seguros de Responsabilidade Civil Geral e Risco Operacional são de responsabilidade dos fornecedores e estão garantidos em cláusulas contratuais.

22.EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

b) Contrato de financiamento com o BNDES

Em 30 de março de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento firmado com o Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$223.232.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

André Augusto Telles Moreira
Diretor

Juliano Pansanato de Souza
Diretor

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia
CRC-RJ-091476/0-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 92, Sala 2207, Centro, CEP 20050-002., localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro,, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.847.973/0001-17, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

André Augusto Telles Moreira
Diretor

Juliano Pansanato de Souza
Diretor